



Simulado Final **TRT AL**

Analista Judiciário - Área Judiciária
e Especialidade Oficial de Justiça
Avaliador Federal
Pós-Edital

PODER JUDICIÁRIO FED
JUSTIÇA DO TRABAL

TRIBUNAL REGIONAL
19ª REG

Simulado Especial

Simulado TRT AL – Analista Judiciário – Área Judiciária e Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT AL;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-AJ-OJA-04-12>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Patricia Manzato

Observe a charge a seguir e responda às questões de 1 a 5:

CADASTRAMENTO...



Disponível em <<https://blogdoaftm.com.br/>>

01. Na charge, a construção do humor foi possibilitada pelo fato de:

- a) um dos personagens revelar habilidade com tecnologia.
- b) um sentido inesperado do termo “auxílio”;
- c) contrapor o verbal e o não verbal em relação ao termo “telefone”;
- d) um dos personagens relatar uma situação ambígua;
- e) os dois personagens não conseguirem se entender.

02. O uso de uma linguagem descontraída na construção da charge é um recurso para:

- a) tentar reproduzir ao máximo o contexto dos personagens;
- b) difundir a ideia de inferioridade dos personagens;
- c) dar uma explicação à ação dos personagens;
- d) demonstrar a influência da linguagem da internet;
- e) facilitar a leitura para o leitor

03. Infere-se da charge que

- a) as ações do governo podem não alcançar aqueles que mais necessitam;
- b) todos podem ter um telefone;
- c) a miséria vem se alastrando em todo o país;
- d) não é comum encontrar telefones que baixem apps nas ruas;
- e) não se pode desfrutar de benefícios sem a tecnologia

04. Na segunda fala, o enunciado “*Ainda tô tentando baixar o app*” expressa uma:

- a) ação futura duvidosa.
- b) atividade presente essencial.
- c) evento habitual contingente.
- d) ação presente progressiva.
- e) evento pretérito progressivo.

05. Na primeira fala, em “*Já conseguiu se cadastrar (...)*”, verifica-se no enunciado uma relação semântica de:

- a) tempo.
- b) condição.
- c) casualidade.
- d) contraste.
- e) concessão.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 6 e 10:

O filme “Justiça para Todos” aborda de forma clara, ações antiéticas, parciais de profissionais, mais precisamente, do juiz, em que, contrata o advogado para defendê-lo, alegando ser inocente. No entanto, no decorrer do filme, o advogado descobre que o juiz, seu cliente, é culpado, por este motivo, na audiência ele diz que o juiz deve sim ser condenado, pois é culpado.

Nota-se que as normas éticas são de fundamental importância, para que tenhamos uma justiça plena e justa. A atuação do advogado, de forma objetiva, de boa-fé, é indispensável, para que seja aplicada de forma legal, o direito.

É fundamental, que tais profissionais, atuem dentro da lei, zelando e lutando pelos direitos dos clientes, mantendo sigilo, cumprindo seus deveres, mas, devendo sempre agir com imparcialidade, legalidade, boa-fé, a fim de fazer justiça da forma correta.

Os direitos fundamentais e os estatutos de ética protegem a sociedade de possíveis arbitrariedades e guia os profissionais da advocacia para uma atuação correta e justa.

Enfim, o filme “Justiça para Todos”, é um exemplo da importância atuação de forma ética por parte dos advogados, tanto para a efetividade do Direito, de forma justa e imparcial, e para a garantia dos direitos da personalidade humana.

Adaptado de <<https://ferrazbar.jusbrasil.com.br/> >

06. Na defesa pela ética, o autor do texto defende a ideia de que

- a) a importância da ética se sobressai aos direitos fundamentais;
- b) juízes pautam-se em direitos fundamentais, exclusivamente;
- c) o trabalho tanto de juízes quanto advogados deve se pautar em fundamentos éticos e constitucionais;
- d) advogados pautam-se apenas em seus direitos previstos em estatutos.
- e) juízes e advogados deixam sobressair aspectos formais a materiais.

07. O uso do conectivo “No entanto”, no primeiro parágrafo, introduz um

- a) efeito de finalidade;
- b) sentido adversativo;
- c) sentido explicativo;
- d) efeito de causalidade;
- e) efeito de conformidade.

08. Considerando a leitura do texto, pode-se inferir que ele:

- a) indaga o leitor sobre a função da ética no meio jurídico;
- b) descreve o filme “Justiça para Todos”;
- c) expõe dados sobre ações contra juízes;
- d) reflete sobre o impacto da atuação dos operadores do Direito e magistrados;
- e) apresenta dados sobre a realidade do Poder Judiciário.

09. A forma reduzida da oração subordinada *para que tenhamos uma justiça plena e justa* é:

- a) para que se tivesse uma justiça plena e justa;
- b) para se ter uma justiça plena e justa;
- c) para que haja uma justiça plena e justa;
- d) para tendo uma justiça plena e justa;
- e) para ter tido uma justiça plena e justa.

10. O texto utiliza-se do filme “Justiça para todos” com a intenção de

- a) exemplificar a recorrência dos atos ilegais;
- b) dar ênfase na atuação legítima dos advogados;
- c) posicionar o leitor contra os juízes;
- d) exemplificar a tese defendida pelo autor;
- e) resumir a reflexão do texto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocelin

11. Em um restaurante, o marido diz para a esposa: "Vamos comer lagosta ou beber refrigerante." A esposa, negado a afirmação, diz:

- a) Se vamos comer lagosta, então não vamos beber refrigerante.
- b) Não vamos comer lagosta ou não vamos beber refrigerante.
- c) Se não vamos comer lagosta, então não vamos beber refrigerante.
- d) Não vamos comer lagosta e não vamos beber refrigerante.
- e) Se não vamos comer lagosta, então vamos beber refrigerante.

12. Considere a afirmação:

"Na vida profissional, todos os engenheiros são bem-sucedidos."

Se essa frase é falsa, é correto concluir que:

- a) Na vida pessoal, todos os engenheiros são malsucedidos.
- b) Na vida profissional, todos os engenheiros são malsucedidos.
- c) Na vida profissional há, pelo menos, um engenheiro que não é bem-sucedido.
- d) Na vida pessoal há engenheiros que não são bem-sucedidos.
- e) Profissionalmente nenhum engenheiro é bem-sucedido.

13. Considere que os números que compõem a sequência seguinte obedecem a uma lei de formação.

(414, 412, 206, 204, 102, 100, ...)

A soma do nono com o décimo termo dessa sequência é igual a

- a) 98
- b) 72
- c) 58
- d) 46
- e) 38

14. Uma pesquisa realizada entre 1.100 alunos do ensino médio do Estado de Alagoas mostra que, entre as matérias de Matemática, Biologia e História, 500 alunos gostam de Matemática, 500 alunos gostam de Biologia e 600 alunos gostam de História. Além disso, 100 alunos gostam de Matemática e de Biologia, 200 alunos gostam de Matemática e de História, bem como 300 alunos gostam de Biologia e de História. Sabendo-se que todos os 1.100 alunos gostam de alguma matéria, o total de alunos que gostam somente de Biologia é:

- a) 100
- b) 200
- c) 300
- d) 400
- e) 500

15. Em um país tropical, a média de preços do setor de transportes apresenta grande volatilidade. No primeiro mês, os preços desse setor aumentaram em 20%. No segundo mês, os preços caíram 20%. Por fim, no terceiro mês observado, os preços aumentaram em 10%.

Quanto à situação apresentada, é correto afirmar que, ao final do terceiro mês observado, a média de preços do setor de transportes:

- a) aumentou em mais de 10%.
- b) aumentou em 10%.
- c) aumentou em um valor entre 5% e 10%.
- d) aumentou em um valor menor ou igual a 5%.
- e) diminuiu.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. De acordo com a Lei nº 8.112/90, são requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros:

- a) nacionalidade brasileira e certidão negativa de débitos
- b) aprovação em concurso público e gozo dos direitos políticos
- c) idade mínima de 21 anos e aptidão física e mental
- d) aptidão física e mental e nacionalidade brasileira
- e) idade mínima de 18 anos e aprovação em concurso público

17. A propósito do processo disciplinar dos servidores públicos, a Lei nº 8.112/1990 leia as assertivas a seguir.

I. extinta a punibilidade pela prescrição, serão cancelados todos os registros nos assentamentos individuais do servidor.

II. o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

III. O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.

IV. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave

É correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II e IV

18. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não é hipótese de impedimento do servidor o que se afirma em:

- a) servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria
- b) servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro
- c) servidor ou autoridade que tenha cônjuge arrolado como testemunha em processo sob sua responsabilidade
- d) servidor ou autoridade que esteja atuando em processo administrativo em que um dos é seu ex-marido com quem esteve em litígio por vários anos
- e) servidor ou autoridade designado a atuar como perito em processo administrativo que esteja conduzindo

19. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 19ª Região, independe de maioria absoluta:

- a) a convocação de sessões solenes
- b) o julgamento do incidente de uniformização de jurisprudência pelo Tribunal Pleno
- c) o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas
- d) o Tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público
- e) o Tribunal promover o exame e apreciação dos projetos de Súmula

20. Segundo o que dispõe a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), leia as assertivas a seguir.

- I. dado pessoal sensível é toda informação relacionada a pessoa natural, ou jurídica, identificada ou identificável.
- II. dado anonimizado é utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento para desassociar o dado do indivíduo
- III. agentes de tratamento, o controlador, operador e o encarregado.
- IV. Indivíduo que coleta e classifica dados pessoais postados por determinado usuário em sua rede social promove o tratamento desses dados.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Apenas a IV
- e) Nenhuma das alternativas

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Nos termos do art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. O mencionado preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade imediata.
- b) limitada de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade diferida.
- e) limitada de princípio institutivo.

22. A Confederação Nacional do Transporte (CNT) propôs uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) perante o STF, pretendendo o exercício do controle de constitucionalidade referente à determinada matéria relacionada à sua atuação e suas finalidades. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- b) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é não legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- c) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- e) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNT não é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

23. A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

- a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.
- b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.
- c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”.
- d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.
- e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou “ad hoc”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

24. Em relação ao processo legislativo, é correto afirmar que:

- a) a iniciativa legislativa de emenda à Constituição pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- b) é possível a edição de medida provisória que verse sobre direitos individuais ou sobre casos de inelegibilidade.
- c) se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- d) é vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- e) o Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

25. À luz dos dispositivos constitucionais, em relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.
- b) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos, brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- d) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

26. No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.
- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

27. A Administração Pública, ao fazer uso de sua supremacia na relação com os administrados, para impor-lhes uma obrigação independentemente da concordância destes, age embasada no atributo da

- a) autoexecutoriedade.
- b) imperatividade.
- c) autotutela.
- d) presunção de legitimidade.
- e) tipicidade.

28. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

29. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- b) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

30. Ademir, servidor público federal, é chefe da repartição onde trabalha. Embora nunca tenha praticado nenhuma infração anterior, Ademir aliciou seus subordinados no sentido de se filiarem a determinado partido político. De acordo com a Lei nº 8.112/90, observadas as formalidades legais, Ademir será sancionada com a penalidade disciplinar da:

- a) censura, que será aplicada após regular condenação.
- b) advertência, que será aplicada verbalmente ou por escrito.
- c) advertência, que será aplicada por escrito.
- d) demissão, que será aplicada mediante publicação no diário oficial.
- e) suspensão, cujo prazo máximo será de até noventa dias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

31. O advogado da empresa Vênus de Millus Produções Artísticas apresentou uma reconvenção na audiência UNA em que a reclamada foi notificada para apresentação de sua contestação em reclamação trabalhista. Provocado a se manifestar sobre a peça processual apresentada pela empresa ré, o advogado do reclamante Hércules impugnou a juntada da reconvenção sem justificar o motivo. Conforme teoria dos princípios gerais do Processo do Trabalho,

- a) não se admite em ação trabalhista nenhuma medida processual que não tenha previsão expressa contida na Consolidação das Leis do Trabalho e que seja contrária ao trabalhador.
- b) caberia a medida desde que houvesse concordância da parte contrária e que a mesma fosse apresentada antes da data da audiência para possibilitar o contraditório.
- c) embora haja omissão da norma processual trabalhista em relação à reconvenção, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho interpretando pela sua absoluta incompatibilidade com o direito processual do trabalho.
- d) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) não caberia tal medida nesta fase processual porque somente é possível aplicar supletivamente norma do Código Processual Civil que não esteja prevista na lei trabalhista na fase de execução.

32. Sobre a organização, jurisdição e competência da Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que

- a) a Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra decorrentes da relação de trabalho, visto que por envolver trabalho marítimo a competência é da Justiça Federal.
- b) a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, foi contratado, independentemente do local onde prestou seus serviços ao empregador.
- c) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- d) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.
- e) a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais previdenciárias e de imposto de renda, decorrentes das sentenças que proferir.

33. A Constituição Federal de 1988 dispõe expressamente sobre a competência material da Justiça do Trabalho e, entre essas disposições, NÃO prevê a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar

- a) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- c) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- d) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- e) os crimes contra a organização do trabalho e as causas acidentárias em face do Instituto Nacional do Seguro Social.

34. Com relação às custas no processo trabalhista, é INCORRETO afirmar:

- a) São isentos do pagamento de custas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e as fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
- b) No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
- c) Não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- d) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
- e) Nos dissídios coletivos do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.

35. Em relação ao procedimento sumaríssimo, é correto afirmar que:

- a) Cada parte não poderá se valer de mais de 3 (três) testemunhas.
- b) A citação por edital somente será realizada quando o reclamante fizer a correta indicação do nome do reclamado.
- c) O juiz terá total liberdade para determinar as provas a serem produzidas.
- d) Não é admissível a produção de prova pericial.
- e) Somente serão produzidas na audiência de instrução e julgamento as provas que foram previamente requeridas.

36. Fulano de Tal celebrou contrato de emprego, em 12/01/2001, com uma empresa de atuação em todo território nacional, para prestar serviços na cidade de São Paulo/SP. Em setembro de 2011, as partes celebraram alteração contratual quanto à localidade da prestação de serviços, operando-se, assim, a transferência de Fulano de Tal para a filial da empresa na cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde laborou até ser dispensado sem justa causa, em 14/12/2016. Diante da rescisão contratual realizada, Fulano de Tal retornou a São Paulo, sua cidade natal, onde passou a residir novamente com sua família. Em 03/02/2017, Fulano de Tal ajuizou reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho de São Paulo/SP. Na audiência inaugural, nesta localidade, a reclamada apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, a qual, após manifestação do reclamante, na própria solenidade, restou acolhida pelo magistrado titular da Vara do Trabalho de São Paulo, declinando a competência em favor da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. Considerando o interesse do reclamante em atacar a decisão sobre a exceção de incompetência que lhe foi desfavorável, as Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST e as normas da CLT, no caso apresentado,

- a) ainda que não apresentada exceção de incompetência em razão do lugar pela reclamada, igualmente deveria ser declinada a competência pela Vara de São Paulo em favor da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, visto que a CLT estabelece que será declarada ex officio a nulidade fundada em incompetência de foro.
- b) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, e diante da aplicação subsidiária do novo Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho, em caráter excepcional, caberia ao reclamante a interposição de agravo de instrumento.
- c) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, nenhum recurso caberá de imediato, visto que se trata de decisão interlocutória.
- d) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, não obstante o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, caberia recurso ordinário.
- e) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, o reclamante poderia optar pela impetração de mandado de segurança como meio substitutivo do recurso próprio, a prudente critério de seu advogado.

37. A Empresa D ingressou com Recurso Ordinário, sendo que na guia de depósito recursal, preencheu e pagou equivocadamente o valor de R\$ 9.186,00, quando o correto seria R\$ 9.189,00. Neste caso, em consonância com o entendimento sumulado do TST,

- a) o recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao quantum devido seja ínfima, referente a centavos, é causa de deserção do recurso.
- b) somente haverá deserção do recurso, se, concedido o prazo de dez dias previsto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
- c) somente haverá deserção do recurso, se, concedido o prazo de cinco dias previsto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
- d) haverá deserção do recurso, pois a aplicação do disposto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015 somente se refere a complementação das custas processuais e não do depósito recursal.
- e) haverá deserção do recurso, pois não é possível a aplicação subsidiária e nem supletiva do disposto pelo CPC de 2015 nesta matéria.

38. As empresas A e B foram condenadas solidariamente na reclamação trabalhista Z pretendendo ambas as empresas interpor Recurso Ordinário. A empresa A interpôs Recurso Ordinário no quinto dia do prazo recursal e depositou o valor do depósito recursal de forma integral. Neste caso, o depósito recursal

- a) efetuado pela empresa A não aproveita a empresa B, em nenhuma hipótese, uma vez que o depósito recursal possui caráter personalíssimo.
- b) efetuado pela empresa A aproveita a empresa B, exceto se aquela pleiteia sua exclusão da lide.
- c) efetuado pela empresa A aproveita a empresa B, exceto se as empresas possuírem procuradores distintos.
- d) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa A, não exime a empresa B de efetuar o depósito da sua parte, podendo a empresa A requerer o levantamento da parte que depositou a maior.
- e) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa A, exime a empresa B de efetuar o depósito da sua parte.

39. Em relação à execução trabalhista, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:

- a) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais e serão executados pela forma estabelecida pela CLT.
- b) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, reclamante ou reclamado, mas não poderá ser promovida ex officio pelo próprio Juiz competente.
- c) Requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 05 (cinco) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- d) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- e) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem.

40. Considere:

- I. Termo de compromisso de ajustamento de conduta com conteúdo obrigacional firmado perante o Ministério Público do Trabalho.
- II. Acordo celebrado entre empregador e empregado não homologado e sem testemunhas instrumentárias.
- III. Cheque sem suficiente provisão de fundos emitido pelo empregador para pagamento de salário.
- IV. Termo de conciliação com conteúdo obrigacional celebrado perante a Comissão de Conciliação Prévia competente.

São títulos exequíveis na Justiça do Trabalho os indicados APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. De acordo com a CLT, a cada _____ consecutivas de trabalho, os trabalhadores em minas de subsolo terão direito a _____ pausa de _____ para repouso, a qual _____ computada na duração normal de trabalho efetivo:

- a) 3 horas / uma / 15 minutos / não será.
- b) 6 horas / duas / 15 minutos / será.
- c) 3 horas / uma / 15 minutos / será.
- d) 1:40 hora / uma / 20 minutos / será.
- e) 90 minutos / uma / 10 minutos / não será.

42. Julgue os itens abaixo:

- I. Em contratos de trabalho a termo, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, ficará obrigado a pagar-lhe indenização à razão da metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.
- II. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- III. É obrigatória a redução do horário normal de trabalho durante o aviso prévio no caso de a iniciativa da extinção contratual ser do empregador, a qual será de 2 horas diárias ou 7 dias corridos, com prejuízo da correspondente remuneração.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

43. De acordo com a legislação brasileira, é proibido

- a) qualquer trabalho ao menor de 16 anos.
- b) qualquer trabalho ao menor de 14 anos.
- c) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo, nesta idade, na condição de aprendiz.
- d) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.
- e) qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

44. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 2 dias consecutivos, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- b) pelo dobro de dias, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- c) pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de delegado de entidade sindical, estiver participando de reunião extraoficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- d) até 2 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- e) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

45. A empregada Elis tem jornada diária de 4hs de trabalho. Liz possui jornada de 6 hs diárias e Beatriz tem jornada de 7 hs ao dia. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a duração dos intervalos que devem ser concedidos às empregadas:

- a) sem intervalo/ 15 minutos / 1 hora.
- b) 15 minutos/ 1 hora / 1 hora.
- c) sem intervalo/ 1 hora / 2 horas.
- d) sem intervalo/ 1 hora / 1 hora.
- e) 1 hora / 2 horas / 2 horas.

46. Na extinção do Contrato de Trabalho, segundo prevê a CLT, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias, o qual

- a) poderá exclusivamente em dinheiro ou depósito bancário, em qualquer caso.
- b) poderá exclusivamente em depósito bancário ou cheque visado.
- c) poderá ser compensado com eventual desconto, limitado a 3 meses de remuneração.
- d) deverá ser efetuado em até dez dias contados a partir do término do contrato.
- e) deverá ser objeto de homologação judicial quando o empregado tiver mais de 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

47. Segundo prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), caracteriza hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) perda de requisito legal para exercício de profissão em decorrência de qualquer conduta do empregado.
- b) ato de improbidade, caracterizado como aquele contrário à moral em geral.
- c) ato de indisciplina, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- d) ato de insubordinação, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- e) abandono de emprego, presumido nas situações em que o trabalhador não comparece ao serviço no prazo de 15 dias.

48. Segundo prevê a CLT, o pagamento do salário do empregado deverá ocorrer, o mais tardar

- a) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- b) até o último dia útil do mês vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- c) até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- d) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso do trabalhador intermitente.
- e) até o terceiro dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.

49. Sousa, empregado da empresa Kaiaque Dourado, em seu atual período aquisitivo de férias, teve ao todo 15 faltas, sendo 14 injustificadas e 1 justificadamente. Neste caso, é correto afirmar que fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 26 dias corridos de férias.
- c) 24 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

50. A respeito da previsão celetista acerca do grupo econômico, NÃO é correto afirmar que:

- a) tem como consequência a responsabilidade solidária pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- b) é suficientemente caracterizado quando houver identidade de sócios.
- c) sua caracterização exige a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- d) representa uma forma de proteção ao trabalhador, na medida em que amplia as chances de recebimento de seus créditos trabalhistas.
- e) pode ser caracterizado quando cada empresa mantém sua autonomia, embora atue de forma conjunta com outras pessoas jurídicas.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação às pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) O reconhecimento legal de direitos ao nascituro permite concluir pela atribuição de personalidade ao ente concebido.
- b) Pessoa com deficiência mental sem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil considera-se absolutamente incapaz.
- c) São relativamente incapazes os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- d) A emancipação pode ser alcançada pelo casamento ou pela união estável.
- e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, sem que se possa averiguar se um deles precedeu aos outros, presume-se que o mais velho morreu primeiro.

52. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A exceção não se sujeita a prazo prescricional.
- b) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- c) A prescrição é interrompida a favor dos ausentes do País em serviço público da União, Estado ou Município.
- d) Prescreve em 3 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- e) Deve o juiz conhecer de ofício da decadência, seja ela legal ou convencional.

53. Com relação ao adimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se se provar que ele não era credor.
- c) É ilícito convencionar o aumento progressivo das prestações sucessivas.
- d) O pagamento deve ser efetuado no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente.
- e) O pagamento reiteradamente efetuado em outro local não acarreta a presunção de renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

54. Com relação à compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) É possível deixar a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- b) É nula a venda do ascendente ao descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- c) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
- d) O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de 3 anos.
- e) O direito de retrato, que resulta da cláusula de retrovenda, é intransmissível aos herdeiros.

55. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade daquele que exerce atividade capaz de implicar risco para os direitos de outrem condiciona-se à verificação do elemento culpa.
- b) O estado de necessidade opera como causa excludente da ilicitude, afastando a obrigação de indenizar o dano.
- c) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho incapaz poderá acioná-lo em ação de regresso quando este atingir a maioridade.
- d) No caso de homicídio, a indenização consiste, dentre outras reparações, na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- e) A indenização do valor referente à coisa destruída compreende o seu preço ordinário e o de afeição, podendo este superar aquele.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. A respeito da citação por hora certa prevista no Código de Processo Civil de 2015, marque a alternativa correta.

- a) Quando, por 3 vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- b) A citação com hora certa não será efetivada se a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.
- c) Não há a necessidade de fazer constar no mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.
- d) Não há a necessidade de expedição de carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando ciência de tudo ao réu, executado ou interessado.
- e) Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

57. De acordo com as disposições sobre citação no Código de Processo Civil de 2015, marque a alternativa incorreta.

- a) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.
- b) As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
- c) A ausência de confirmação, em até 3 dias corridos, contados do recebimento da citação eletrônica, implicará a realização da citação pelo correio; por oficial de justiça; pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório; por edital.
- d) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta são obrigados a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

58. Sobre o procedimento especial de consignação em pagamento, marque a alternativa correta.

- a) Não é possível a consignação em pagamento de coisa.
- b) A competência para julgamento da ação de consignação em pagamento é o foro do domicílio do credor.
- c) Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça até o dia do respectivo vencimento.
- d) Alegada a insuficiência do depósito, é lícito ao autor completá-lo, em 10 dias, salvo se corresponder a prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.
- e) Julgado procedente o pedido, o juiz declarará extinta a obrigação e condenará o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

59. Acerca das disposições gerais sobre recursos no Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) Todos os recursos terão o prazo de 15 dias úteis.
- c) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.
- d) O recurso pode ser interposto somente pela parte vencida e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- e) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, após o respectivo despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 5 dias.

60. O processo de execução é manejado para perseguir o cumprimento de obrigação fundada em título executivo extrajudicial. Sobre o tema, de acordo com o CPC:

- a) A conduta comissiva ou omissiva do executado que dificulta ou embaraça a realização da penhora configura ato atentatório à dignidade da justiça, que enseja aplicação de multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a ser inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou.
- b) Caso haja desistência da execução, serão extintos os embargos que versarem apenas sobre questões processuais e o exequente pagará as custas processuais e os honorários advocatícios.
- c) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em ação autônoma.
- d) Bens do devedor, que estejam em poder de terceiros, não estão sujeitos à execução.
- e) Como regra, os bens particulares dos sócios respondem pelas dívidas da sociedade.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-AJ-OJA-04-12>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>